

GEO-RUMO – Tecnologias de Fundações, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 10

Índice

Introdução
Perfil e Posicionamento
Enquadramento Macroeconómico
Factos relevantes de 2010
Evolução da Actividade da Geo-Rumo
Recursos Humanos
Perspectivas Futuras
Factos relevantes após o termo do exercício
Dívidas à Administração Fiscal e Segurança Social
Proposta de aplicação de resultados
Agradecimentos
Demonstrações Financeiras
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados
Relatório e Parecer do Fiscal Único

1 – Introdução

A Geo-Rumo – Tecnologias de Fundações, S.A., é uma sociedade anónima com sede na Rua do Barrio de Cima, 1 – Apartado 272 4705- 629 Sequeira - Braga.

O Grupo FDO - ABB, através da sua holding Urbancraft SGPS, S.A, adquiriu 80% do Capital Social desta empresa, no âmbito da estratégia de internacionalização e crescimento via participação em empresas com Know-How técnico complementar do “core business” do Grupo.

No cumprimento do Código das Sociedades e das normas estatutárias, vimos submeter à apreciação o Relatório de Gestão, as contas do Exercício de 2010 e os demais documentos de prestação de contas previstos na Lei relativos à sociedade Geo-Rumo – Tecnologias de Fundações, S.A.

2 – Perfil e Posicionamento

É objectivo da Geo-Rumo desenvolver a sua actividade na área dos trabalhos Geotécnicos, colocando à disposição dos seus clientes diversas tecnologias, das quais se destacam as de maior complexidade técnica e menor concorrência no mercado, entre elas:

- _ Estacas de grande diâmetro.
- _ Paredes Moldadas de grande espessura.
- _ Ancoragens (de maior exigência técnica).
- _ Micro Estacas (de maior exigência técnica).
- _ Jet-Grouting
- _ Injecções.
- _ Estabilização de taludes.
- _ Cutter Soil Mixing.

A actividade da Geo-Rumo estende-se a todo o território Nacional e a França, onde desenvolve as suas operações através da sua sucursal “Geo-Rumo – Tecnologias de Fundações, S.A”.

3 – Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

O ano de 2010 ficou marcado pela retoma da economia internacional, assistindo-se a uma recuperação gradual dos mercados financeiros mundiais e das respectivas economias.

O PIB¹ mundial cresceu, em 2010, perto dos 5%, assistindo-se no entanto a um crescimento a duas velocidades – o grupo de economias avançadas que registaram um ritmo de crescimento moderado e abaixo do previsto, decorrente do aumento das taxas de desemprego e da adopção de medidas de

¹ PIB = Produto Interno Bruto

austeridade implementadas de forma a reequilibrar as contas públicas; Os países em vias de desenvolvimento e as economias emergentes apresentaram-se bastante dinâmicos, apresentando taxas de crescimento económico robustas.

Para 2011, as previsões do FMI² apontam para um ligeiro abrandamento da economia mundial, embora continue a apresentar um forte crescimento, situando-se acima da taxa média registada entre 2000 e 2008, a qual se cifrou em 4%. Estima-se que a generalidade das economias avançadas desacelere, mantendo um ritmo de crescimento moderado, num contexto de reequilíbrio das contas públicas, e que demore algum tempo para que seja possível reabsorver o elevado número de desempregados, cuja taxa prevista indicia manter-se ainda muito alta, próxima dos 8,2%. Relativamente ao grupo de países emergentes e em desenvolvimento, também se perspectiva uma desaceleração económica, embora a Ásia (com destaque para a China e Índia), a América Latina e a Comunidade de Estados Independentes continuem a ser as regiões que mais vão contribuir para o crescimento económico.

Para a União Europeia, espera-se igualmente um abrandamento da actividade económica ao longo de 2011, provocado fundamentalmente pela desaceleração da economia mundial, dos efeitos decorrentes da consolidação orçamental e da concretização de ajustamentos estruturais em alguns países, nomeadamente os periféricos da zona Euro.

No plano interno, a economia portuguesa caiu 0,3% no quarto trimestre de 2010 face aos três meses anteriores, mas aumentou 1,5% face ao mesmo período do ano passado, de acordo com estimativas do INE³.

A estimativa do PIB aponta para um aumento de 1,2% em volume no quarto trimestre de 2010 face ao período homólogo (1,3% no trimestre anterior).

O INE avança ainda que, em 2010, o PIB terá aumentado 1,4% em volume face ao ano anterior, superando a previsão do Governo, que apontava para um crescimento da economia de 1,3%.

Apesar do crescimento expressivo da componente de veículos automóveis, as despesas de consumo final das famílias residentes desaceleraram enquanto o Investimento registou uma redução menos intensa em termos homólogos, comparativamente com o verificado no terceiro trimestre de 2010.

Para o ano de 2011, a Comissão Europeia acredita que a economia portuguesa voltará a entrar em recessão, apontando para uma contracção de 1%.

Esta previsão da Comissão Europeia para 2011 é mais pessimista que a do Governo português, que, mesmo revendo em baixa as suas previsões, aponta para um crescimento de 0,2%.

No entanto, ainda mais pessimista nas suas previsões para a economia nacional do que a Comissão Europeia é o FMI, que, segundo o seu *“Economic Outlook”* sobre Portugal, aponta para uma contracção de 1,4% para 2011.

² FMI = Fundo Internacional Monetário

³ INE = Instituto Nacional de Estatística

Evolução do Sector da Construção

Segundo a FEDICOP⁴, o ano de 2010 foi o pior desde 2000 em termos de quebras da carteira de encomendas das empresas de construção. Concretamente, registou-se uma queda de 21,7% face a 2009.

Esta diminuição de encomendas justifica igualmente a evolução crescente da taxa de desemprego no sector, que já afecta cerca de 70.000 trabalhadores (14% do total nacional), sendo o sector que mais contribui para o desemprego no País.

A falta de encomendas foi uma constante em todos os segmentos da construção.

Na Habitação verificaram-se variações negativas em todos os meses de 2010. Em termos homólogos, após uma quebra de produção da habitação de 22% em 2009, constata-se que, por exemplo, no 4.º trimestre de 2010 existiu uma variação homóloga de -14,8%.

No mercado dos edifícios não residenciais, a quebra da produção de 15% foi o resultado, sobretudo, da evolução desfavorável da componente privada (variação homóloga de -14,3% no 4.º trimestre de 2010).

Adicionalmente, em termos de Engenharia Civil, assistiu-se a um acentuar do pessimismo manifestado pelos empresários da construção, reflexo da quebra maior do que prevista relativamente ao sector (variação homóloga de -24% no 4.º trimestre de 2010).

Este recuo da actividade de engenharia civil ficou a dever-se principalmente à implementação de uma série de medidas de austeridade, cujos efeitos se repercutiram na contracção de despesas de investimento público, que se traduziu numa forte quebra na adjudicação de empreitadas (-38,9%, em valor, face a 2009).

Em síntese, tendo em conta as diminuições verificadas em todos os segmentos da construção (habitação, não residencial e engenharia civil), estima-se que a produção do sector tenha decaído, durante 2010 cerca de 6,5%, não se perspectivando melhorias para 2011.

No entanto, existem já medidas tomadas, de forma a tentar dinamizar o sector em particular e a economia em geral, durante o ano de 2011. O Governo incluiu a Reabilitação Urbana no leque das 50 medidas apresentadas para dinamizar a economia portuguesa em 2011, esperando para tal criar uma agência nacional para a reabilitação urbana e de um programa para a regeneração urbana, de modo a preparar um plano nacional para agilizar o licenciamento e conceder incentivos aos promotores.

4 – Factos Relevantes de 2010

- _ Disseminação da tecnologia CSM em Portugal na consolidação e melhoramento de solos;
- _ Desenvolvimento da actividade no mercado Francês;

⁴ FEDICOP = Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Publicas

- _ Aumento do Capital Social em 1,15 milhões de euros para 1,25 milhões de euros.

5 – Evolução da actividade da Geo-Rumo

Em 2010, a Geo-Rumo apresentou um volume de negócios de 7,345 milhões de euros, registando uma redução face ao mesmo período do ano transacto de -9% (2009: 8,116 milhões de euros). Esta diminuição esteve intimamente ligada com a crise económica que o País enfrenta, nomeadamente no sector de actividade em que a Geo-Rumo se enquadra – Construção Civil e Obras públicas.

As prestações de serviços no Mercado Comunitário – França - registaram uma subida exponencial face ao período homólogo, representando cerca de 21% do total do Volume de Negócios (2009: 3% do VN).

De referir que esta subida de quota de mercado internacional foi fruto não só de um trabalho de prospecção de mercado realizada ao longo de 2009, como também pela projecção da empresa como líder de mercado nacional e internacional na actividade de geotecnia.

Apesar da diminuição referida no indicador de actividade VN, a margem bruta operacional dos negócios registou uma melhoria significativa, subindo de 22% para 29% do volume de negócios significando um ganho de valor na gestão dos recursos disponíveis.

O Resultado Operacional diminuiu 13% face ao ano transacto para 276,2 mil euros, reflexo do aumento dos gastos de depreciação e de amortização.

Evolução da actividade	2010		2009
	Valor	Varição face ao período anterior %	Valor
Volume de negócios	7.345.570,42	-9%	8.116.157,59
Margem bruta - Valor	2.125.400,31	18%	1.795.464,92
Margem bruta - %	29%	-	22%
Resultado Operacional	276.278,68	-13%	318.089,17

Valores em Euros

O mix de volume de negócios manteve-se ligeiramente estável em 2010, com a actividade de geotecnia a representar cerca de 93% do total de Volume de Negócios e a actividade de sondagens cerca de 7%. Em 2009 a distribuição era de 96% e 4%, respectivamente.

É importante realçar que a actividade de sondagens ganhou terreno face ao ano transacto tendo registado uma subida de 3% face ao sector de geotecnia.

Os meios libertos operacionais (REDFI) ascenderam a 917 Mil Euros, registando a performance positiva dos dois sectores de actividade no ano em análise.

Resultado das operações	2010		2009
	Valor	Varição face ao período anterior %	Valor
Volume de negócios	7.345.570,42	-9%	8.116.157,59
Outros rendimentos e gastos operacionais	204.343,61	260775%	78,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto (REDFI)	917.080,67	36%	672.875,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-640.801,99	-81%	-354.786,28
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perda/reversões)	0,00	-	0,00
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e imposto (RO)	276.278,68	-13%	318.089,17
Resultados Financeiros	-243.430,79	-25%	-194.900,76
Resultados antes de impostos (RAI)	32.847,89	-73%	123.188,41
Imposto sobre o rendimento do período	-16.277,07	30%	-23.348,58
Resultado líquido do período	16.570,82	-83%	99.839,83

Valores em Euros

O resultado líquido da Geo-Rumo ascendeu a 16 Mil Euros, tendo registado um decréscimo face ao período homólogo (-83%). Esta diminuição foi, na sua maioria, fruto dos resultados financeiros que contribuíram negativamente com -243 Mil Euros.

O aumento sucessivo dos spreads e das taxas de juro ao longo do ano provocou o inevitável aumento dos custos financeiros dos financiamentos obtidos para financiar a prossecução do plano de investimentos iniciado pela Geo-Rumo em 2008 e que culminou em 2010 com a aquisição de dois novos equipamentos, cujo o valor investido ascende a 2,426 milhões de euros, representando mais de 80% do total do investimento em Activos fixos tangíveis.

Investimento Operacional		2010		2009
		Valor	Varição face ao período anterior %	Valor
Investimento	Activos fixos tangíveis	2.987.693	-26%	4.034.301
	Activos intangíveis	569	-	0
Totais		2.988.262	-26%	4.049.817

Valores em Euros

Desta forma, o valor do investimento em activos fixos tangíveis no ano de 2010 ascendeu a 2,987 Milhões de Euros, registando uma diminuição face a 2009 de 26%. Os investimentos efectuados corresponderam, como já referido, a aquisições de equipamento básico e de transporte.

O total do activo registou um aumento de aproximadamente 11% face ao ano homólogo, explicado pelo aumento da rubrica dos activos fixos tangíveis (+43%), que significou um aumento da rubrica dos activos não correntes.

Por outro lado assistimos a uma diminuição do activo corrente para 5,913 Milhões de Euros (2009: 6,954 Milhões de Euros), justificado na sua maioria pela diminuição da rubrica de clientes que registou um valor de 1,134 Milhões de Euros face aos 2,580 Milhões de Euros de 2009.

O total do capital próprio aumentou para 2,426 Milhões de Euros com o Capital realizado a passar de 100 Mil Euros para 1,250 Milhões de Euros. Tal como demonstrado na ABDR⁵, as principais alterações referem-se ao aumento do capital social por integração de outros instrumentos de capital próprio disponíveis.

O total do passivo acompanhou o aumento do activo passando de 10,212 Milhões de Euros para 11,248 Milhões de Euros. Esta variação de 10% concentrou-se na variação de + 73% do passivo não corrente provocada pelo aumento dos financiamentos obtidos e rubrica de outras contas a pagar; No entanto o passivo corrente assistiu a um decréscimo significativo de -25% face a 2009, sendo de destacar a diminuição da rubrica de fornecedores (Δ^- 53%), e da rubrica de financiamentos obtidos a curto prazo (Δ^- 34%).

A Geo-Rumo apresentou em 2010 rácios de estrutura e de liquidez bastante robustos – autonomia financeira de 17,7% e solvabilidade de 21,6%, e Liquidez geral de 119,8% e reduzida de 111,1%, demonstrado a solidez e a boa performance financeira do ano em análise.

Rácios de estrutura	Autonomia financeira	17,7%
	Solvabilidade	21,6%
Rácios de liquidez	Liquidez geral	119,8%
	Liquidez reduzida	111,1%
	Liquidez imediata	4,1%

6 – Recursos Humanos

⁵ ABDR – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

No final do exercício de 2010, a Geo-Rumo empregava 62 colaboradores representando um aumento de cerca de 21% face ao ano anterior. Este aumento é justificado pela abertura da actividade da Geo-Rumo a um novo mercado – França.

Recursos humanos	2010	2009
Número de trabalhadores no final do período	62	49
Número médio de trabalhadores ao longo do período	58	41
Idade média dos trabalhadores	37	36
Antiguidade média dos trabalhadores	2	1
Horas de formação totais	181,25	109,60
Média de horas de formação por trabalhador	3,13	2,67
Gastos com o pessoal (€)	1.473.452,15	1.113.380,31
Gastos médios por trabalhador (€)	25.404,35	27.155,62
VAB ⁶ por trabalhador (€)	37.417,79	42.767,43
Taxa geral de absentismo	13%	1%
Total de acidentes de trabalho	10	7
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	17%	17%

Valores em Euros

Assim, os custos com pessoal ascenderam a cerca de 1,473 Milhões de euros, sendo de realçar no entanto a diminuição dos gastos médios por trabalhador de 27 Mil Euros em 2009 para 25 Mil Euros em 2010.

O Valor Acrescentado Bruto per capita registou uma diminuição face ao período anterior, atingindo em 2010 os 37,417 mil euros (2009: 29 Mil Euros).

7 – Perspectivas Futuras

A Geo-Rumo tem como objectivo continuar a desenvolver as técnicas de Deep Mixing através do seu envolvimento em grandes projectos de consolidação e melhoramento de solos, e procurar novos mercados para desenvolvimento desta área. Pretende igualmente dotar-se com equipamentos CSM, de forma a poder apresentar-se como empresa de elevado potencial tecnológico e elevada capacidade de produção para assumir, sem dificuldade, grandes projectos.

⁶ VAB = Valor Acrescentado Bruto = Valor Bruto de Produção – Consumos Intermédios

Adicionalmente, tem o objectivo de aliar-se a um parceiro tecnológico para fornecimento de equipamentos de especialidade e desenvolvimento de novas tecnologias.

É também objectivo da empresa um maior envolvimento com Universidades; Laboratórios e projectistas, no desenvolvimento de novas tecnologias.

8 – Factos relevantes após o termo do exercício

Não ocorreram quaisquer factos relevantes após o fecho das contas em 31 de Dezembro de 2010.

9 – Dívidas à Administração Fiscal e Segurança Social

A Geo-Rumo – Tecnologias de Fundações, S.A., tem a sua situação devidamente regularizada perante a Administração Fiscal e Segurança Social, não possuindo nenhuma dívida perante estas entidades.

10 – Proposta de aplicação de resultados

Em 2010, o Resultado Líquido do Exercício foi de 16.570,82 Euros. A Administração propõe que este resultado seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais 828,54 Euros

Reservas Livres 15.742,28 Euros

11 – Agradecimentos

Ao terminar mais um exercício económico da Geo-Rumo – Tecnologias de Fundações, S.A., não queríamos deixar de reiterar aos Senhores Accionistas, bem como às Instituições Financeiras, o nosso agradecimento pela sua confiança, acompanhamento e dedicação ao desenvolvimento da Empresa.

Manifestamos o quanto nos congratulamos com o empenho de todos os nossos colaboradores que ao longo de todo o exercício trabalharam com afinco, elevado profissionalismo e capacidade de sacrifício, no sentido de melhorar a Empresa a todos os níveis, permitindo um crescimento e desenvolvimento sustentado.

Quanto aos nossos fornecedores, agradecemos o facto de confiarem em nós e diariamente tentarem melhorar aos mais diversos níveis, de forma a permitirem o crescimento contínuo da sua e da nossa empresa, assim como, uma satisfação constante dos nossos clientes.

Braga, 25 de Março de 2011,

A Administração,

David do Nascimento Duarte

Artur Manuel Magalhães Sant Ana da Rocha Peixoto

Maria Amélia Barbosa Borges

Demonstrações Financeiras

BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de Dezembro de 2010

(Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-Dez-10	31-Dez-09
ACTIVO			
Activo não Corrente			
Activos fixos tangíveis	8,9	7.707.531,10	5.380.782,46
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	7	544,08	
Activos biológicos			
Participações financeiras MEP			
Participações financeiras - Outros			
Accionistas/socios			
Outros activos financeiros	10	46.444,28	32.946,02
Activos por impostos diferidos	17	7.055,29	573,97
		7.761.574,75	5.414.302,45
Activo Corrente			
Inventários	11	427.545,36	316.477,80
Activos biológicos			
Clientes	18.1	1.134.875,73	2.580.427,82
Adiantamentos a fornecedores			1.969,92
Estado e outros entes públicos	17	392.799,99	419.573,49
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	12, 18.3	3.666.090,36	3.134.901,45
Diferimentos		91.266,27	137.872,20
Activos financeiros detidos p negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos p venda			
Caixa e depósitos bancários	4	201.158,56	363.146,20
		5.913.736,27	6.954.368,88
Total do activo		13.675.311,02	12.368.671,33
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	18.4	1.250.000,00	100.000,00
Ações próprias			
Outros instrumentos de capital próprio	18.4	850.000,00	1.750.000,00
Prémios de emissão			
Reservas Legais	18.4	17.609,34	11.851,61
Outras Reservas		281.377,31	171.980,50
Resultados transitados	18.4	-3.629,01	3.330,42
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	15, 18.4	14.410,96	18.766,42
		2.409.768,60	2.055.928,95
Resultado Líquido do período		16.570,82	99.839,83
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		2.426.339,42	2.155.768,77
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	14	30.188,21	10.535,15
Financiamentos Obtidos	18.5	4.339.164,07	3.600.404,18
Responsabilidades por benefícios pós emprego			
Passivos por impostos diferidos	17	93.880,36	42.350,45
Outras contas a pagar	18.3	925.000,00	
Fornecedores	18.2	984.573,50	
		6.312.806,14	3.653.289,78
Passivo corrente			
Fornecedores	18.2	1.602.982,83	3.385.518,38
Adiantamentos de clientes		28.247,54	5.877,40
Estado e outros entes públicos	17	108.927,03	62.922,87
Accionistas / sócios			
Financiamentos obtidos	18.5	1.709.624,19	2.608.790,87
Outras contas a pagar	18.3	1.482.344,14	186.942,59
Diferimentos	12	4.039,73	309.560,68
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos p venda			
		4.936.165,46	6.559.612,79
Total do passivo		11.248.971,60	10.212.902,57
Total do capital próprio e passivo		13.675.311,02	12.368.671,34

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS em 31 de Dezembro de 2010

(Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	12, 13	7.345.570,42	8.116.157,59
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários de produção	11	77.607,45	
Trabalhos para própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11	-2.540.271,99	-2.491.319,36
Fornecimentos e serviços externos	21	-2.679.898,12	-3.829.373,31
Gastos com o pessoal	20	-1.473.452,15	-1.113.380,31
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.1	2.834,51	
Provisões (aumentos/reduções)	14	-19.653,06	-9.287,49
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	22	270.607,02	64.671,78
Outros gastos e perdas	23	-66.263,41	-64.593,45
Resultado antes de despreciações, gastos de financiamento e impostos		917.080,67	672.875,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7, 8	-640.801,99	-354.786,28
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		276.278,68	318.089,17
Juros e rendimentos similares obtidos		1.298,71	
Juros e gastos similares suportados		-244.729,50	-194.900,76
Resultado antes de impostos		32.847,89	123.188,41
Imposto sobre o rendimento do período	17	-16.277,07	-23.348,58
Resultado líquido do período		16.570,82	99.839,83
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			

Relatório e Contas 10

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de Dezembro de 2009

(Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa											Interesses minoritários	Total do capital próprio		
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	100.000,00		390.602,83		4.409,19	30.574,52	16.217,89				23.121,88	148.848,40	713.774,71		713.774,71
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2							13.574,28						13.574,28		13.574,28
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	2															
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18.4															
	2															
	3															
	4=2+3															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																
RESULTADO INTEGRAL																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de capital																
Distribuições																
Entradas para coberturas de perdas																
	18.4			1.359.397,17										1.359.397,17		1.359.397,17
	5			1.359.397,17										1.359.397,17		1.359.397,17
POSIÇÃO NO FM DO PERÍODO 2009	6=1+2+3+5	100.000,00		1.750.000,00		11.851,61	171.980,50	-11.984,31				18.766,42	115.154,54	2.155.768,76		2.155.768,76

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de Dezembro de 2010

(Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa											Interesses minoritários	Total do capital próprio		
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1	100.000,00		1.750.000,00		11.851,61	171.980,50	-11.984,31				18.766,42	115.154,54	2.155.768,76		2.155.768,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2															
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	2							8.355,30						8.355,30		8.355,30
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18.4															
	2															
	3															
	4=2+3															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																
RESULTADO INTEGRAL																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de capital																
Distribuições																
Entradas para coberturas de perdas																
	18.4	1.150.000,00		-900.000,00										250.000,00		250.000,00
	5	1.150.000,00		-900.000,00										250.000,00		250.000,00
POSIÇÃO NO FM DO PERÍODO 2010	6=1+2+3+5	1.250.000,00		850.000,00		17.609,34	281.377,31	-3.629,01				14.410,96	16.570,82	2.426.339,42		2.426.339,42

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA em 31 de Dezembro de 2010

(Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		5.994.066,63	7.384.337,99
Pagamentos a fornecedores		-7.036.572,28	-4.452.273,50
Pagamentos ao pessoal		-916.801,79	-713.558,38
Caixa gerada pelas operações		-1.959.307,44	2.218.506,11
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-47.488,71	-3.138,74
Outros rendimentos/pagamentos		-302.031,30	29.864,53
Fluxos de caixa das Actividades Operacionais [1]		-2.308.827,45	2.245.231,90
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Activos fixos tangíveis		-40.302,16	-2.366.729,43
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		-18.002,84	-15.516,08
Outros activos			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		4.500,00	
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		4.033,81	2.887,29
Dividendos			
Fluxos de caixa das Actividades de Investimento [2]		-49.771,19	-2.379.358,22
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos		4.569.305,07	2.688.049,97
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos		-1.997.719,64	-2.403.933,82
Juros e gastos similares		-159.201,99	-137.794,47
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das Actividades de Financiamento [3]		2.412.383,44	146.321,68
Variações de caixa e seus Equivalentes [1]+[2]+[3]		53.784,80	12.195,36
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		104.235,38	92.040,02
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	4	158.020,18	104.235,38

1. Identificação da entidade

Designação: GEORUMO – Tecnologia de Fundações, S.A.

Sede Social: Rua Barrio de Cima, Nº 1 – 4705-629 Sequeira Braga

Capital Social: 1.250.000,00 Euros

N.º Contribuinte e registo na conservatória: 504 033 310

Objecto Social: actividades de ensaios e análises técnicas, demolição e terraplanagens, perfuração e sondagens, construção de edifícios, construção e engenharia civil, outras obras especializadas de construção

C.A.E.: 43992 Outras actividades especializadas de construção diversas

Designação da empresa-mãe: Urbancraft – SGPS, S.A.

Sede da empresa-mãe: Rua Barrio de Cima, Nº 1 – 4705-629 Sequeira Braga

A sociedade foi constituída em 03 de Janeiro de 1998 sob a forma de sociedade por quotas, tendo alterado em Fevereiro de 2006 para sociedade anónima.

A sociedade detém fora de Portugal um estabelecimento estável com a localização que se apresenta:

França

Designação: GEORUMO – Tecnologia de Fundações, S.A.

N.º Contribuinte: FR10521975300

Sede Social: 1 Av de la Moutte 13220 Chateaufort Les Martigues

A sociedade integra nas suas contas de 2010 os resultados do Estabelecimento Estável.

Nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, a empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado que a FDO Investimentos e Participações SGPS, S.A. e a ABB – SGPS, S.A. empresas-mãe controladoras finais, possuem 50% das acções cada da Urbancraft – SGPS, S.A. (que por sua vez possui 80% das acções da GEORUMO – Tecnologia de Fundações, S.A.) e apresentam contas consolidadas, nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da GEORUMO – Tecnologia de Fundações, S.A..

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas legais que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações particulares da empresa são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009, uma vez que foram reexpressas em conformidade.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória:

a) Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

A empresa adoptou no exercício de 2010 o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo aplicado para o efeito a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro sendo a data de transição, para o efeito da apresentação destas contas, 01 de Janeiro de 2009.

Os impactos da adopção do SNC resumiram-se a reclassificações e ajustamentos, tendo os últimos, expressão em resultados transitados.

b) Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores;

Relatório e Contas 10

O efeito nos capitais próprios em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal do Plano Oficial de Contabilidade para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”) em vigor em 1 de Janeiro de 2010 pode ser detalhado como segue:

CAPITAL PRÓPRIO - POC	2.165.205
Ajustamento de Transição:	
Provisões para garantias a clientes	30.466
Desreconhecimento activos tangíveis	-2.450
Activos por impostos diferidos	649
Passivos por impostos diferidos	-41.553
	-12.887
Ajustamentos do período em resultados:	
Provisões para garantias a clientes	-7.919
Contratos onerosos	-6.807
Desreconhecimento activos tangíveis	284
Activos por impostos diferidos	-75
Passivos por impostos diferidos	-797
	-15.315
Ajustamentos do período em capital próprio:	
Subsídio ao investimento	18.766
	18.766
CAPITAL PRÓPRIO - SNC	2.155.769

c) Reconciliação do resultado relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período;

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 na conversão das demonstrações financeiras para o Sistema de Normalização Contabilística pode ser resumido como se segue:

Descrição	31.12.2009
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO - POC	115.155
Provisões para garantias a clientes	-7.919
Contratos onerosos	-6.807
Desreconhecimento activos tangíveis	284
Activos por impostos diferidos	-75
Passivos por impostos diferidos	-797
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO - SNC	99.840

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade dos negócios.

O conselho de Administração da empresa entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

3.1.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após 01 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de factura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o activo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas, a partir do método da linha recta por duodécimos, aplicadas anualmente as taxas mínimas a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a depreciação total do bem durante a sua vida útil estimada.

Os custos de manutenção/reparação que não aumentem a vida útil dos activos são contabilizados como gasto do período em que ocorrem.

Dado a Administração não possuir uma estimativa fiável do valor residual dos activos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos activos fixos tangíveis.

As taxas de amortização anuais utilizadas são as seguintes:

Descrição	Taxas
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	6,25 - 16,67
Equipamento de transporte	12,50
Equipamento administrativo	5,00 - 16,67
Outros activos fixos tangíveis	7,00 - 16,67

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.1.2. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável

que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, aplicado anualmente a partir da entrada em funcionamento dos bens, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a amortização total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerada qualquer quantia residual.

As amortizações do exercício dos activos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de depreciações e de amortizações”.

3.1.3. Investimentos em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o possui controlo, geralmente com investimentos superiores a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

Quando a participação da empresa nas perdas da subsidiária iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, a mesma deixa de reconhecer perdas adicionais.

3.1.4. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efectuados pela empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e as respectivas responsabilidades como passivo pelo valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação e são contabilizados como gasto do exercício na demonstração dos resultados.

3.1.5. Periodização económica

A empresa regista os seus rendimentos e gastos no pressuposto do regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

3.1.6. Instrumentos financeiros

i) Clientes e Outras contas a receber

As dívidas de "Clientes" e as "Outras contas a receber" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma reflectir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Evidência objectiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

ii) Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

iii) Letras descontadas e contas a receber cedidas em "factoring"

As letras descontadas e as contas a receber em factoring encontram-se apresentadas no activo pelo seu valor nominal e no passivo pelo adiantamento já recebido.

Os encargos com juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

iv) Empréstimos e outras contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes são registados no passivo pelo seu valor nominal.

Os encargos financeiros com os juros bancários e despesas similares, são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica.

3.1.7. Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

3.1.8. Contratos de Construção

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores facturados são contabilizadas na rubrica “Outras contas a receber” ou na rubrica “Diferimentos”.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras, a empresa reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

3.1.9. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio).

Os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

3.1.10. Subsídios e apoios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando, existe certeza que sejam recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com activos fixos tangíveis depreciáveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

3.1.11. Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários à ordem.

3.1.12. Saldos e transacções em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração de resultados do exercício na rubrica de Ganhos/perdas cambiais.

3.1.13. Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

- (i) Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- (ii) Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

3.1.14. Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

3.1.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

3.1.16. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correcção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo art. 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009 de 13 de Julho.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor., enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.1.17. Benefício dos empregados

As obrigações de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo que se esgota de imediato com o pagamento dos respectivos valores em dívida.

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, horas extra, isenção de horário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pela Administração.

3.1.18. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) Análise de imparidade, nomeadamente de contas a receber;
- iii) Réditos e estimativas de custos no cálculo dos resultados dos contratos de construção.
- iv) Definição de níveis de materialidade para definição sobre a informação a divulgar no anexo

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.1.19. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Meios Financeiros Líquidos referidos no Balanço	31-12-2010	31-12-2009
Caixa:		
Numerário - Euro		
Portugal	37.832	2.889
	37.832	2.889
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem - Euro		
Portugal	-7.414	101.346
Estabelecimento Estável		
França	127.602	
	120.188	101.346
TOTAL	158.020	104.235

4.2. Fluxos de caixa provenientes de aquisições ou alienações subsidiárias ou de outras unidades empresariais:

Em 2010, a sociedade não adquiriu qualquer nova participação no capital de outra sociedade.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresa-mãe

A empresa faz parte do grupo FDO-ABB, detida pela sociedade URBANCRAFT – SGPS, S.A., do qual é empresa mãe a sociedade FDO – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. e a empresa ABB – SGPS, S.A. que irão elaborar contas consolidadas.

6.2. Transacções entre partes relacionadas

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em condições comparáveis.

Saldos em 31 de Dezembro de 2010:

Partes relacionadas	Operacionais		Financiamento		Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade do período
	Saldos pendentes activos	Saldos pendentes passivos	Saldos pendentes activos	Saldos pendentes passivos		
Empresa-mãe		14.364		1.411.303		
Entidades conjuntamente controladas						
Subsidiárias	20.138		46.444			
Associadas						
Outras empresas	31.301	660.253				
TOTAL	51.439	674.617	46.444	1.411.303		

Transacções em 31 de Dezembro de 2010:

Partes relacionadas	Compras e aquisição de serviços	Vendas e/ou prestação de serviços	Gastos e perdas de financiamento	Rendimentos e ganhos de financiamento	Outros gastos e perdas	Outros rendimentos e ganhos
Empresa-mãe			14.364			
Entidades conjuntamente controladas						
Subsidiárias						
Associadas						
Outras empresas	564.670	787.929			1.387	110
TOTAL	564.670	787.929	14.364		1.387	110

7. Activos intangíveis

Os movimentos na rubrica activos intangíveis durante o ano 2010 e em 2009 são os que se seguem:

	2010					Total
	Proj. Desenv.	Prog. Comput.	Propr. Indust.	Outros Act. Int.	Inv. em Curso	
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 31/12/2009	2.943					2.943
Aquisições		569				569
Alienações						
Abates						
Transferências						
Saldo em 31/12/2010	2.943	569				3.512
Depreciações acumuladas						
Saldo em 31/12/2009	2.943					2.943
Reforço		25				25
Anulação/Reversão						
Saldo em 31/12/2010	2.943	25				2.968
Perdas por im p. acumuladas						
Saldo em 31/12/2009						
Reforço						
Anulação/Reversão						
Saldo em 31/12/2010						
QUANTIA ESCRITURADA		544				544

	2009					Total
	Proj. Desenv.	Prog. Comput.	Propr. Indust.	Outros Act. Int.	Inv. em Curso	
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 31/12/2008	2.943					2.943
Aquisições						
Alienações						
Abates						
Transferências						
Saldo em 31/12/2009	2.943					2.943
Depreciações acumuladas						
Saldo em 31/12/2008	2.943					2.943
Reforço						
Anulação/Reversão						
Saldo em 31/12/2009	2.943					2.943
Perdas por im p. acumuladas						
Saldo em 31/12/2008						
Reforço						
Anulação/Reversão						
Saldo em 31/12/2009						
QUANTIA ESCRITURADA						

8. Activos fixos tangíveis

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2010 e em 2009 foram os seguintes:

Relatório e Contas 10

2010								
	Terrenos e rec. naturais	Ed. e outras constr.	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Administr.	Outros AFT	Inv. em Curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 31/12/2009			6.214.027	297.688	81.395	34.288		6.627.398
Aquisições			2.874.617	99.211	3.623	10.242		2.987.693
Alienações					-1.926			-1.926
Abates			-30.174			-1.129		-31.302
Transferências								
Saldo em 31/12/2010			9.058.471	396.898	83.092	43.401		9.581.862
Depreciações acumuladas								
Saldo em 31/12/2009			1.044.350	116.775	63.311	22.179		1.246.616
Reforço			589.658	44.092	4.268	2.759		640.777
Anulação/Reversão			-10.622		-1.926	-513		-13.062
Saldo em 31/12/2010			1.623.387	160.867	65.653	24.425		1.874.331
Perdas por imp. acumuladas								
Saldo em 31/12/2009								
Reforço								
Anulação/Reversão								
Saldo em 31/12/2010								
QUANTIA ESCRITURADA			7.435.084	236.032	17.438	18.977		7.707.531

2009								
	Terrenos e rec. naturais	Ed. e outras constr.	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. administr.	Outros AFT	Inv. em Curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 31/12/2008			2.267.608	250.922	78.490	30.358		2.627.377
Aquisições			3.946.420	81.046	2.906	3.930		4.034.301
Alienações				-34.280				-34.280
Abates								
Transferências								
Saldo em 31/12/2009			6.214.027	297.688	81.395	34.288		6.627.398
Depreciações acumuladas								
Saldo em 31/12/2008			725.419	105.363	59.419	19.498		909.699
Reforço			318.934	29.279	3.893	2.681		354.786
Anulação/Reversão			-3	-17.866				-17.869
Saldo em 31/12/2009			1.044.350	116.775	63.311	22.179		1.246.616
Perdas por imp. acumuladas								
Saldo em 31/12/2008								
Reforço								
Anulação/Reversão								
Saldo em 31/12/2009								
QUANTIA ESCRITURADA			5.169.677	180.913	18.084	12.109		5.380.782

Os saldos das contas de activos fixos tangíveis por estabelecimentos estáveis distribuem-se da seguinte forma:

	2010			2009		
	Quantia Escriturada	Depreciações Acumulada	Valor Líquido	Quantia Escriturada	Depreciações Acumulada	Valor Líquido
Portugal	9.569.710	1.872.704	7.697.006	6.627.398	1.246.616	5.380.782
Estabelecimentos Estáveis						
França	12.152	1.627	10.525			
	12.152	1.627	10.525			
Totais	9.581.862	1.874.331	7.707.531	6.627.398	1.246.616	5.380.782

Os activos fixos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 3 acima.

9. Locações**9.1. Locação financeira**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor dos activos financiados por contratos de locação financeira são como segue:

Activo Bruto	2010		Valor Líquido
	Quantia Escriturada	Amortizações Acumuladas	
Terrenos e Recursos Naturais			
Edifícios e Outras Construções			
Equipamento Básico	5.924.054	993.289	4.930.765
Equipamento de Transporte	368.490	135.113	233.377
Equipamento Administrativo			
Outros activos fixos tangíveis	5.044	3.783	1.261
Activos fixos tangíveis em curso			
TOTAL	6.297.588	1.132.185	5.165.402

Activo Bruto	2009		Valor Líquido
	Quantia Escriturada	Amortizações Acumuladas	
Terrenos e Recursos Naturais			
Edifícios e Outras Construções			
Equipamento Básico	5.655.035	659.441	4.995.593
Equipamento de Transporte	271.346	91.352	179.994
Equipamento Administrativo			
Outros activos fixos tangíveis	5.044	3.152	1.891
Activos fixos tangíveis em curso			
TOTAL	5.931.424	753.945	5.177.479

O valor dos capitais em dívida em 31/12/2010 era o seguinte:

	Capital em dívida
Menos de um ano	1.505.771
Entre 1 - 5 anos	1.402.561
Mais de 5 anos	
TOTAL	2.908.332
Juros	109.212
TOTAL EM DÍVIDA	3.017.544

9.2. Locação operacional

O valor das rendas em dívida em 31/12/2010 era o seguinte:

	Capital em dívida
Menos de um ano	19.542
Entre 1 - 5 anos	6.971
Mais de 5 anos	
TOTAL	26.514

10. Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

Em 31 de Dezembro de 2010, as empresas subsidiárias em que a sociedade participa directamente eram as seguintes:

		Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período	Quantia escriturada dos financiamentos no fim do período
País de constituição / sede social	Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto				
2010						
Georumo - Tecnologia de Cimentaciones, SL	Espanha	100,00%	100,00%	Método de Equivalência Patrimonial		46.444
2009						
Georumo - Tecnologia de Cimentaciones, SL	Espanha	100,00%	100,00%	Método de Equivalência Patrimonial		32.946

A informação financeira relativa à empresa subsidiária, findos os exercícios de 2010 e 2009, era conforme segue:

Quantia escriturada dos investimentos no fim do período	Parte no resultado líquido das subsidiárias	Data de relato		Posição no fim do período			Resultado do período			
				Fim	Activos	Passivos	Capital próprio	Rendimentos	Gastos	Resultado líquido
2010										
Georumo - tecnologia de Cimentaciones, SL		31-12-2010		39.663	74.987	-35.325	37.370	33.639	3.731	
Total				39.663	74.987	-35.325	37.370	33.639	3.731	
2009										
Georumo - tecnologia de Cimentaciones, SL		31-12-2009		15.295	54.351	-39.056		19.803	-19.803	
Total				15.295	54.351	-39.056		19.803	-19.803	

A parte das perdas das associadas não reconhecida nos exercícios de 2010 e 2009 foi conforme segue:

		2010			2009				
		Perdas do período		Parte não reconhecida nas perdas acumuladas no fim do período	Perdas do período		Parte não reconhecida nas perdas acumuladas no fim do período		
		Parte reconhecida no período	Parte não reconhecida		Totais	Parte reconhecida no período		Parte não reconhecida	Totais
Investimentos reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial	Georumo - Tecnologia de Cimentaciones, S.L.	3.731		3.731	21.733		19.803	19.803	25.464

Ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, a empresa encontra-se dispensada de elaboração de contas consolidadas, uma vez que é por sua vez subsidiária de outra empresa que é titular de todas as partes de capital.

11. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados conforme descrito na Nota 3 no ponto 3.1..

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

Inventários	31-12-2010	31-12-2009
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	349.938	316.478
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	77.607	
Adiantamentos por conta de compras		
	427.545	316.478
Perdas por imparidade		
TOTAL	427.545	316.478

Em 31 de Dezembro, a rubrica inventários geograficamente distribuída era como segue:

	Portugal	França	Total
Mercadorias			
Mat.-primas, subs. e de cons.	348.238	1.700	349.938
Pr. acabados e intermédios			
Subp., desp., res. e refugos			
Produtos e trabalhos em curso		77.607	77.607
Ad. por conta de compras			
	348.238	79.307	427.545
Perdas por imparidade			
TOTAL	348.238	79.307	427.545

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica gastos e perdas decompunha-se como segue:

	2010		2009	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventário inicial		316.478		157.705
Perdas por imparidade em inventários				
Compras		2.573.732		2.650.093
Subcontratos				
Reclassificação e regul. de inventários				
Inventário final		349.938		316.478
GASTO DO PERÍODO		2.540.272		2.491.319

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica variação da produção decompunha-se como segue:

	2010		2009	
	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso
Inventário final		77.607		
Reclas. e regul. de inventários				
Perdas por imp. acumuladas				
Inventário inicial				
Variação da Produção		77.607		

12. Contratos de Construção

A informação relativa a contratos de construção em curso pode ser analisada como segue:

	31-12-2010
Gastos de Construção incorridos até à data	14.175.557
Gastos de Construção incorridos no ano	6.962.380
Réditos reconhecidos até à data	14.477.477
Réditos reconhecidos no ano	6.747.423
Lucros reconhecidos acumulados	301.919
Adiantamentos recebidos de clientes	22.370
Retenções feitas por clientes	54.623
Garantias dadas a clientes	14.525
Acréscimos de rendimentos - excesso de produção sobre facturação	2.941.435
Rendimentos a reconhecer - défice de produção sobre facturação	4.040

Relativamente aos contratos de construção da sucursal no estrangeiro, os proveitos são reconhecidos com base nos autos de medição dos trabalhos realizados, sendo as diferenças positiva ou negativas face à facturação efectuada calculadas contrato a contrato e apresentadas na rubrica de Produtos e trabalhos em curso.

O impacto da adopção desta política face à usada pelo Grupo não produz efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

13. Rédito

A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período era como segue:

	2010	2009
Vendas de bens	719	67
Prestações de serviços	7.344.851	8.116.091
Juros	1.299	
Variação Produção	77.607	
Dividendos		
TOTAL	7.424.477	8.116.158

As Vendas e Prestações de Serviços estavam distribuídas geograficamente como segue:

	2010	2009
Portugal	6.550.342	8.116.158
Estabelecimento Estável		
França	795.228	
TOTAL	7.345.570	8.116.158

14. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

A rubrica de “Provisões” é composta por provisões para garantias a clientes e contractos onerosos.

Durante o período de 2010, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

Provisões	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Garantias a clientes	3.728	11.320	523	14.525
Contractos onerosos	6.807	8.856		15.663
TOTAL	10.535	20.176	523	30.188

15. Subsídios e apoios do Governo

Em 31 de Dezembro de 2010, os valores recebidos e por receber de subsídios eram os seguintes:

Relação dos Subsídios	Medida de incentivo			Forma concessão	Período de concessão		Quantias concedidas		
	Medida de incentivo	Entidade concedente	Objecto do incentivo		Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis Subsídios relacionados com activos	POE - SIPIE	IAPMEI	Sistemas de controlo laboratoriais	Incentivo financeiro	02-08-2000	31-12-2001	60.948	0	60.948

Em 2010 e 2009, foram reconhecidas quantias relativas a subsídios no balanço e na demonstração de resultados conforme segue:

Descrição	Natureza	31.12.2010		31.12.2009	
		Balanço	Demonstração de resultados	Balanço	Demonstração de resultados
		Capitais próprios	Outros Rendimentos e Ganhos	Capitais próprios	Outros Rendimentos e Ganhos
Projecto SIPIE - 00/00037	Subsídios relacionados com activos	14.411	4.355	18.766	4.355

16. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31/12/2010) e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

17. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos 2007 a 2010 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correcção pela administração fiscal.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

	2010	2009
Imposto Corrente	22.873	22.476
Ajustamentos em impostos correntes exercícios anteriores		
Impostos Diferidos	-6.596	873
TOTAL	16.277	23.349

Relatório e Contas 10

Reconciliação do imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Resultado antes de Impostos	32.848	137.631
Acréscimos à matéria colectável	72.048	958.665
Deduções à matéria colectável	-110.200	-1.005.744
Lucro/Prejuízo Fiscal	-5.304	90.552
Dedução de prejuízos fiscais		-40.407
Matéria Colectável		50.145
IRC Liquidado		-10.974
IRC de exercícios anteriores		
Derrama		-1.358
Tributação Autónoma	-11.180	-10.144
Estimativa imposto corrente do exercício	-11.180	-22.476
Imposto diferido	6.596	-873
Ajustamentos estimativas ex. anteriores		
Imposto sobre o Rendimento	-4.584	-23.349
Efeito de taxas de imposto diferentes da Nacional	-11.693	
Imposto sobre o Rendimento	-16.277	-23.349
Taxa média	49,55%	16,96%

A taxa de IRC aplicada nos exercícios de 2010 e 2009 foi a seguinte:

Matéria Colectável (em euros)	Taxa
Até 12.500€	12,50%
Superior a 12.500€	25,00%

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 o saldo da conta Estado e outros Entes Públicos apresentava as seguintes quantias:

	2010	2009
Portugal		
Imposto sobre o rendimento	-15.728	20.580
Retenções IR	13.602	11.252
IVA	-375.768	-419.573
Segurança Social	37.073	31.085
Imposto do selo		5
Estabelecimento Estável - França		
Imposto sobre o rendimento	11.693	
Retenções IR		
IVA	38.040	
Segurança Social	7.215	
Imposto do selo		
TOTAL	-283.873	-356.651

O saldo das contas de activos e passivos por impostos diferidos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

Relatório e Contas 10

	Activo por impostos Diferidos		Passivo por impostos Diferidos	
	2010	2009	2010	2009
Créditos Fiscais	459	574		
Critério fiscal vs contabilístico			33.880	42.350
Prov. contratos onerosos	2.347			
Prejuízos Fiscais	4.249			
Revalorizações				
Aplicação do Justo Valor				
Imparidades				
TOTAL	7.055	574	33.880	42.350

18. Instrumentos financeiros

18.1. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o saldo de clientes apresentava a seguinte composição:

Clientes	2010		2009	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Conta corrente				
Portugal		728.679		1.440.834
Estabelecimentos Estáveis				
França		202.101		
		930.780		1.440.834
Títulos a receber				
Garantias bancárias		23.269		37.324
Títulos a descontar				
Cedência facturação		105.931		1.102.269
Clientes Pré-datados		74.896		
Cobrança duvidosa				2.835
		1.134.876		2.583.262
Perdas por imparidade acumuladas				-2.835
		1.134.876		2.580.428

Clientes	2010		2009	
	Cientes Gerais	Grupo / relacionados	Cientes Gerais	Grupo / relacionados
Conta corrente	879.341	51.439	599.968	840.866
Títulos a receber				
Garantias bancárias	23.269		37.324	
Títulos a descontar				
Cedência facturação	105.931		1.102.269	
Clientes Pré-datados	4.213	70.683		
Cobrança duvidosa				2.835
	1.012.754	122.122	1.742.396	840.866

Em 31 de Dezembro de 2010 o saldo de clientes apresentava as seguintes maturidades:

	2010
Menos de 90 dias	156.316
90 - 180 dias	49.327
Mais de 180 dias	523.036
TOTAL	728.679

Relatório e Contas 10

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os movimentos ocorridos na conta de perdas por imparidade acumuladas de clientes foram os seguintes:

	31-12-2010	31-12-2009
Saldo Inicial	2.835	2.835
Aumento		
Reversão	-2.835	
Regularizações		
Saldo Final		2.835

O registo de perdas por imparidade relativas a dívidas de terceiros tem por base uma análise do risco, ponderando a natureza do terceiro e a mora do crédito. À data de 31 de Dezembro de 2010, o saldo dos ajustamentos de dívidas receber mostra-se adequado para fazer face às imparidades estimadas.

18.2. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o saldo de fornecedores apresentava a seguinte composição:

Fornecedores	2010		2009	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Conta corrente				
Portugal	984.574	783.474		2.726.000
Estabelecimentos Estáveis				
França		104.036		
	984.574	887.510		2.726.000
Títulos a pagar		687.480		659.519
Retenções de Qualidade				
Cedências Factoring e Confirming		27.993		
	984.574	1.602.983		3.385.518

Fornecedores	2010		2009	
	Fornecedores Gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores Gerais	Grupo / relacionados
Conta corrente	1.258.076	614.007	2.182.055	543.944
Títulos a pagar	687.480		659.519	
Retenções de Qualidade				
Factoring e Confirming	27.993			
	1.973.550	614.007	2.841.574	543.944

Em 31 de Dezembro de 2010 o saldo de fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

	2010
Menos de 90 dias	1.058.279
90 - 180 dias	342.616
Mais de 180 dias	367.153
TOTAL	1.768.048

18.3. Outras contas a pagar e a receber

Relatório e Contas 10

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o saldo da conta Outras contas a pagar e a receber apresentava a seguinte composição:

Outras contas a receber e a pagar	31-12-2010	31-12-2009
Fornecedores de investimentos	-52.501	-34.032
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.989.500	1.687.137
Credores por acréscimos de gastos		
Portugal	-181.720	-142.974
França	-15.448	
	-197.168	-142.974
Remunerações a pagar	-74.775	
Devedores diversos		
Portugal	82.082	1.447.765
França	42.587	
	124.669	1.447.765
Credores diversos		
Portugal	-1.530.980	-9.937
França		
	-1.530.980	-9.937
	1.258.746	2.947.959

O saldo da conta de remunerações a pagar respeita a salários liquidados na íntegra no mês seguinte.

18.4. Instrumentos de Capital Próprio

O capital social de 1.250.000,00€ está representado por 1.250.000 acções de valor nominal 1,00€ cada e encontra-se totalmente realizado.

Em 3 de Dezembro de 2010, o capital social da empresa foi aumentado em 1.150.000€ através da incorporação de prestações suplementares no montante de 390.603€ e entradas em dinheiro do montante de 759.397€.

A sociedade é detida a 80% pela sociedade Urbancraft – SGPS, S.A. e os restantes 20% são detidos por particulares.

O saldo da conta Outros instrumentos de capital integra prestações suplementares.

Em 31 de Dezembro de 2010, a reserva legal está constituída de acordo com a legislação comercial, que estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual seja destinado ao seu reforço.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os movimentos ocorridos na conta de resultados transitados foram os seguintes:

Relatório e Contas 10

	2010	2009
Saldo inicial	-11.984	16.218
Ajustamentos de transição		-12.887
Gratificações ao pessoal não distribuídas		
Doações reconhecidas no momento da venda		
Impostos diferidos	8.355	
Saldo ajustado no Balanço	-3.629	3.330
Ajustamentos de transição reconhecidos no RL		-15.315
Saldo final Ajustado		-11.984

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da conta de outras variações de capital próprio apresentava os seguintes valores:

	2010	2009
Subsídio ao investimento	14.411	18.766
TOTAL	14.411	18.766

18.5. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos dividiam-se, na data do balanço, nos seguintes valores:

	2010		
	Menos de um ano	Mais de um ano	Total
Loações Financeiras	1.505.771	1.402.561	2.908.332
Empréstimos Obtidos	203.854	2.936.603	3.140.456
TOTAL	1.709.624	4.339.164	6.048.788

Os financiamentos obtidos, à data de 31 de Dezembro de 2010, venciam juros às seguintes taxas:

Natureza	Mínimo	Máximo
Contas caucionadas	4,04%	5,75%
Empréstimos bancários	4,42%	4,42%
Factoring	3,83%	3,83%
Suprimentos	2,85%	2,85%

18.6. Activos financeiros transferidos que não se qualificam como desreconhecimento

	31-12-2010
Letras de clientes descontadas	
Cheques pré-datados descontados	74.896
TOTAL	74.896

19. Garantias prestadas

As garantias prestadas pela sociedade a terceiros, à data de 31 de Dezembro de 2010 ascendem a 845.950€.

20. Benefícios dos empregados

O saldo da conta de custos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Remunerações	1.182.733	907.152
Encargos sobre remunerações	207.002	172.868
Seguros de acidentes no Trabalho	3.849	22.477
Outros gastos com o pessoal	79.869	10.883
TOTAL	1.473.452	1.113.380

Nos valores acima estão incluídas as seguintes verbas relativas à Administração:

	2010	2009
Remunerações	123.261	117.655
Segurança Social	36.819	5.468
TOTAL	160.079	123.123

A remuneração atribuída ao órgão de fiscalização durante os anos de 2010 e 2009 foi de 7.000€ e 4.800€, respectivamente.

O número médio de empregados ao longo do ano e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2010 foi de:

	2010
Nº empregados no início do período	49
Nº empregados no final do período	62
Nº Médio de empregados	58

21. Fornecimentos e Serviços Externos

O saldo da conta de fornecimentos e serviços externos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Subcontratos	570.732	1.961.098
Serviços especializados	445.128	460.740
Materiais	250.762	281.873
Energia e fluidos	339.024	313.958
Deslocações, estadas e transportes	314.775	321.463
Serviços diversos	759.477	490.241
TOTAL	2.679.898	3.829.373

22. Outros rendimentos e ganhos

O saldo da conta de outros rendimentos e ganhos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

Relatório e Contas 10

	2010	2009
Rendimentos suplementares		4.132
Descontos de pronto pagamento obtidos		88
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos não financeiros	200	788
Outros	270.407	59.663
TOTAL	270.607	64.672

23. Outros gastos e perdas

O saldo da conta de outros gastos e perdas subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Impostos	32.599	46.012
Descontos de pronto pagamento concedidos	668	2.771
Dívidas incobráveis	2.835	
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	20.787	5.130
Outros	9.374	10.681
TOTAL	66.263	64.594

24. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo DL 411/91: Regime jurídico da regularização de dívidas á Segurança Social:

A sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

25. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

Em 21 de Março de 2011, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

A Administração